



Geografia Política e gestão de conflitos nas Reservas Extrativistas: dimensões de poder, resistência e sustentabilidade

Silvia Cristina de Jesus¹  

Destaques

- Conflitos territoriais afetam a gestão das RESEX na Amazônia.
- O zoneamento é essencial para mitigar disputas de uso da terra.
- A governança participativa fortalece comunidades tradicionais.
- A expansão de pastagens em larga escala ameaça práticas tradicionais.
- Políticas públicas devem integrar justiça social e conservação.

Resumo: Este estudo analisa as dinâmicas de uso e gestão da terra nas Reservas Extrativistas (RESEX) Chico Mendes e Cazumbá-Iracema, localizadas no Vale do Acre, com base na Geografia Política e na Ecologia Política. A pesquisa explora os conflitos de poder entre comunidades tradicionais, o agronegócio e o Estado, enfatizando as disputas territoriais e o papel da governança local como espaço de resistência. Utilizando uma abordagem quali-quantitativa, foram realizadas revisões bibliográficas e análises de dados multitemporais sobre a cobertura da terra nas RESEX. Os resultados evidenciam que a conversão de florestas em pastagens pode impactar negativamente as práticas tradicionais das comunidades. Conclui-se que o zoneamento e a gestão participativa são fundamentais para mitigar os conflitos de uso da terra, equilibrando a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. O estudo destaca a necessidade de políticas públicas que integrem justiça social e sustentabilidade para proteger os territórios e culturas das comunidades tradicionais da Amazônia.

Palavras-chave: Conflitos de uso da terra; Gestão participativa; Zoneamento; Comunidades tradicionais; Ecologia política; Governança.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Este artigo foi selecionado entre os mais bem avaliados do V Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (VCBOE), realizado entre os dias 06, 07, 08 e 09 de maio de 2025, na UNESP Rio Claro. Todos os artigos do evento foram revisados por pares no modelo simples anônimo e, os selecionados para esta publicação, foram submetidos a revisão editorial.



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons

POLITICAL GEOGRAPHY AND CONFLICT MANAGEMENT IN EXTRACTIVE RESERVES: DIMENSIONS OF POWER, RESISTANCE, AND SUSTAINABILITY

Abstract: This study analyzes the dynamics of land use and management in the Chico Mendes and Cazumbá-Iracema Extractive Reserves (RESEX), located in the Acre Valley, based on Political Geography and Political Ecology. The research explores power conflicts among traditional communities, agribusiness, and the state, emphasizing territorial disputes and the role of local governance as a space of resistance. Using a mixed qualitative-quantitative approach, bibliographic reviews and multi-temporal analyses of land cover in the RESEX were conducted. The results show that the conversion of forests into pastures can negatively impact the traditional practices of local communities. It is concluded that zoning and participatory management are essential to mitigate land-use conflicts, balancing environmental conservation and sustainable development. The study highlights the need for public policies that integrate social justice and sustainability to protect the territories and cultures of traditional Amazonian communities.

Keywords: Land-use Conflicts; Participatory Management; Zoning; Traditional Communities; Political Ecology; Governance.

GÉOGRAPHIE POLITIQUE ET GESTION DES CONFLITS DANS LES RÉSERVES EXTRACTIVES: DIMENSIONS DU POUVOIR, DE LA RÉSISTANCE ET DE LA DURABILITÉ

Résumé: Cette étude analyse les dynamiques d'utilisation et de gestion des terres dans les Réserves Extractives (RESEX) Chico Mendes et Cazumbá-Iracema, situées dans la vallée de l'Acre, en s'appuyant sur la Géographie Politique et l'Écologie Politique. La recherche explore les conflits de pouvoir entre les communautés traditionnelles, l'agrobusiness et l'État, en mettant l'accent sur les disputes territoriales et le rôle de la gouvernance locale comme espace de résistance. En utilisant une approche mixte qualitative et quantitative, des revues bibliographiques et des analyses multi-temporelles de la couverture du sol dans les RESEX ont été réalisées. Les résultats montrent que la conversion des forêts en pâturages peut avoir un impact négatif sur les pratiques traditionnelles des communautés locales. Il en est conclu que le zonage et la gestion participative sont essentiels pour atténuer les conflits liés à l'utilisation des terres, en équilibrant conservation environnementale et développement durable. L'étude souligne la nécessité de politiques publiques intégrant justice sociale et durabilité afin de protéger les territoires et les cultures des communautés traditionnelles amazoniennes.

Mot-clé: Conflits liés à l'utilisation des terres; Gestion participative; Zonage; Communautés traditionnelles; Écologie politique; Gouvernance.

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (RESEX) são uma categoria de unidades de conservação de uso sustentável e têm sua origem nas décadas de 1970 e 1980, em um contexto de transformações no meio rural brasileiro, impulsionadas por

políticas desenvolvimentistas, como a Política de Integração Nacional. Essa política visava ocupar e desenvolver áreas consideradas estratégicas, incluindo a região amazônica, através da criação de projetos de colonização e assentamentos agrícolas. O objetivo era atrair migrantes de outras regiões do país para o norte, buscando oportunidades econômicas, como a exploração de bens naturais, a agropecuária e a atividade madeireira (Kruger, 2022). A ocupação de terras por esses migrantes resultou em diversas implicações sociais e ambientais, incluindo conflitos agrários e disputas por terra com comunidades tradicionais e povos indígenas (Jesus, 2024). O período também foi marcado pela expansão da Revolução Verde, apresentada por Viana Junior (2020) como um processo complexo que, ao mesmo tempo que procurava modernizar a agricultura e aumentar a produtividade, estava também profundamente interligado com o contexto político da situação e com a dinâmica do controle social. O autor sugere que a Revolução Verde não buscou apenas a modernização econômica, mas também esteve ligada a uma agenda de controle social e político. Nesse sentido, a expansão da irrigação e a modernização agrícola teriam sido utilizadas como ferramentas para controlar as populações rurais e reprimir os movimentos antissociais.

A exploração excessiva dos bens naturais, impulsionada pela industrialização e pelo crescimento econômico acelerado do pós-guerra, assim como seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, foram alguns dos fatores que impulsionaram a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. A conferência representou um marco histórico ao reunir líderes globais para discutir, pela primeira vez, a necessidade de equilibrar o desenvolvimento com a proteção ambiental, estabelecendo princípios fundamentais para a gestão sustentável dos bens naturais e dando origem a uma nova consciência ambiental mundial (Hall, 1997; Jatobá *et al.*, 2009). Em resposta a esse cenário, as populações tradicionais se organizaram para reivindicar seus direitos territoriais e a proteção dos bens naturais dos quais dependiam. Assim, as RESEX foram criadas como uma forma de garantir a proteção e a gestão sustentável dos bens naturais, assegurando a subsistência e a cultura das comunidades extrativistas (Jesus, 2024).

Compreender as dinâmicas territoriais e os conflitos socioambientais que envolvem o uso e a gestão das Reservas Extrativistas na Amazônia é essencial, especialmente no caso das RESEX Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema, localizadas no Vale do Acre. A crescente pressão sobre esses territórios, impulsionada pela expansão da pecuária, pelo desmatamento e pela redução da produção de produtos florestais não madeireiros, compromete tanto a conservação ambiental quanto a subsistência das comunidades tradicionais.

Diante disso, este trabalho busca analisar as relações de poder e os instrumentos de governança no contexto das RESEX, contribuindo para o debate sobre a gestão sustentável dos bens naturais em territórios protegidos e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. O estudo procura compreender como as práticas de uso da terra são influenciadas por disputas políticas e territoriais, bem como de que forma a governança local pode ser interpretada como um espaço de negociação e resistência dentro do contexto político e ambiental da região.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise documental. Os conflitos territoriais são analisados sob a ótica da Geografia Política (Becker, 2012; Cataia, 2024) e da Ecologia Política (Jatobá *et al.*, 2009), considerando a influência das relações de poder na gestão de unidades de conservação. Paralelamente, foram analisados os dados multitemporais de desmatamento (INPE, 2024) e de cobertura da terra com ênfase nas classes Formação Florestal e Pastagem (MapBiomas, 2023) nas RESEX Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas análises de cobertura da terra e na revisão do contexto socioambiental, esta seção examina as mudanças observadas ao longo do tempo, destacando os impactos das pressões externas, como a expansão da pecuária e políticas públicas, sobre as práticas tradicionais das comunidades extrativistas. Além disso, são discutidos os mecanismos de gestão, como zoneamento e gestão

participativa, e seu papel na mediação de conflitos, na manutenção da biodiversidade e na promoção de um uso sustentável do território. Essa abordagem permite articular os dados quantitativos de cobertura da terra com a compreensão das dimensões de poder, resistência e governança presentes nas reservas, oferecendo uma visão integrada das dinâmicas socioambientais da região.

As RESEX Chico Mendes e do Cazumbá Iracema no Vale do Acre

O Vale do Acre, localizado no estado do Acre, região Norte do Brasil, é uma mesorregião composta por 12 municípios: Acrelândia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e Brasiléia. A economia regional tem como pilares principais a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal e o turismo ecológico. Entre os produtos mais relevantes estão a castanha-do-pará, a borracha, o açaí e o óleo de copaíba. A população local é composta por uma diversidade de grupos, incluindo povos indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e migrantes de diferentes partes do Brasil (IBGE Cidades, 2024). A região compreende 10 unidades de conservação que, juntas, totalizam 27.716 km², com as Reservas Extrativistas ocupando 62% dessa extensão (Brasil, 2024), entre as quais destacam-se as Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá-Iracema.

A RESEX Chico Mendes foi instituída em 1990, abrangendo cerca de 970 mil hectares. Sua criação foi marcada por conflitos envolvendo seringueiros e castanheiros, que tradicionalmente utilizavam os bens naturais, e pecuaristas e fazendeiros, que desmatavam a região para implantar pastagens e campos agrícolas. Em 2006, quando o Plano de Manejo da Reserva foi elaborado, as principais atividades econômicas eram o extrativismo, com destaque para a borracha e a castanha-do-pará, além da agricultura de subsistência e da criação de animais, especialmente bovinos (ICMBio, 2006). A RESEX Chico Mendes foi pioneira no modelo de unidade de conservação de uso sustentável, permitindo às populações tradicionais tanto residir quanto exercer atividades extrativistas.

A RESEX do Cazumbá-Iracema, por sua vez, foi criada em 2002 e abrange aproximadamente 770 mil hectares (ICMBio, 2008). A área ocupada pela Reserva era inicialmente destinada a assentamentos, mas acabou não sendo utilizada para esse propósito. Dentre as unidades de conservação da Amazônia avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), destacou-se como uma das melhores em termos de implementação e gestão (TCU, 2014). Em reconhecimento ao papel de resistência e mobilização das comunidades locais, em 2022, o Prêmio Chico Mendes de Resistência foi concedido ao ativista socioambiental Nenzinho, morador da RESEX do Cazumbá-Iracema e um dos idealizadores do conceito de Reservas Extrativistas, junto com Chico Mendes.

Dinâmica da cobertura da terra nas RESEX

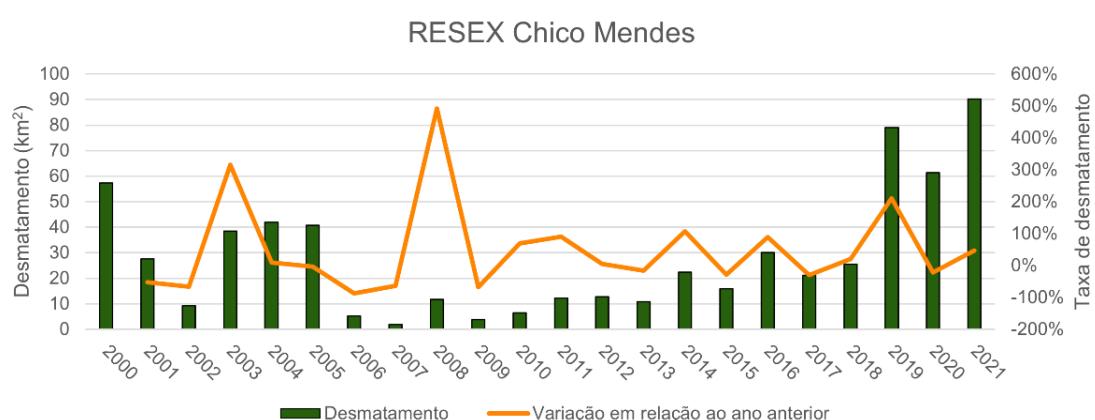
Considerando o contexto da Amazônia Legal Brasileira, o desmatamento diminuiu a partir de 2008, impulsionado pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAm (Brasil, 2023a) que, entre outras estratégias de conservação, promoveu a criação de unidades de conservação, o fortalecimento da fiscalização e a articulação interinstitucional entre órgãos ambientais, Ministério Público e Polícia Federal. O programa também estimulou a transparência no monitoramento via sistemas como o DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real) e o PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), o que contribuiu para ampliar o controle social e a responsabilização de infratores.

Contudo, esse avanço foi parcialmente revertido após a promulgação da Lei da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012), conhecida como novo Código Florestal, que flexibilizou regras de proteção ambiental ao reduzir áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente em propriedades rurais. Essa mudança sinalizou um enfraquecimento da legislação ambiental e abriu espaço para a regularização de passivos ambientais. O cenário se agravou entre 2018 e 2022, quando políticas de extrema-direita desestruturaram órgãos de fiscalização, fragilizaram o licenciamento ambiental e ampliaram incentivos à expansão da fronteira agropecuária.

Essas mudanças repercutiram diretamente nas unidades de conservação, incluindo a RESEX Chico Mendes, onde o desmatamento aumentou de forma contínua ao longo dos dados do PRODES (2000-2021). Desde 2016, a reserva passou a figurar entre as três unidades federais mais impactadas pela supressão florestal, com picos expressivos em 2019 (79 km^2 , crescimento de 210% em relação ao ano anterior) e em 2021 (90 km^2 , aumento de 47%) (Figura 1). Tais valores revelam não apenas a pressão do agronegócio e da pecuária extensiva, mas também a vulnerabilidade das comunidades locais frente à ausência de políticas públicas consistentes de proteção ambiental.

O desmatamento se concentra principalmente na parte da RESEX situada no município de Epitaciolândia, onde a área de pastagem já superava a de formação florestal em 2009, atingindo 51% do território municipal. Esse dado demonstra como a dinâmica local está conectada a pressões regionais mais amplas, em especial pela influência de rodovias e centros urbanos próximos, que atuam como vetores de degradação e de ocupação irregular.

Figura 1 - Desmatamento na RESEX Chico Mendes

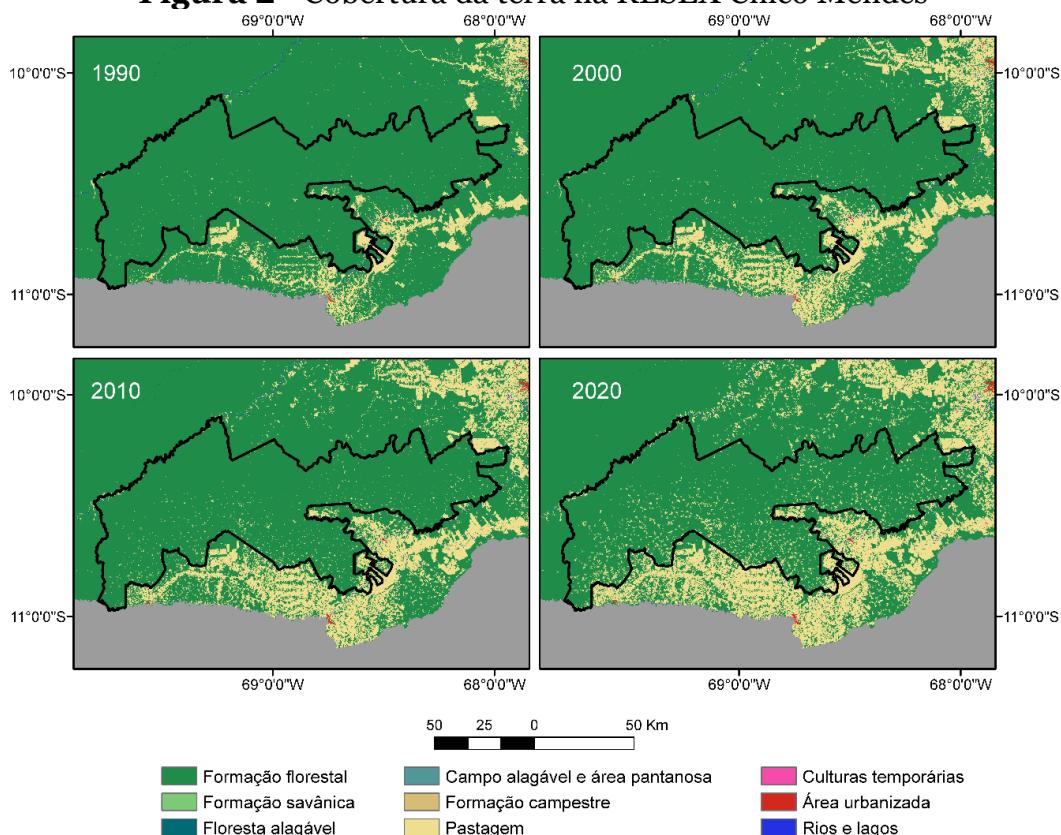


Fonte: Adaptado de Jesus (2025).

Nos municípios de Brasiléia e Xapuri, a unidade de conservação sofre pressão do desmatamento em seu entorno, em uma área onde a destruição da floresta é intensa, especialmente ao longo da BR-317, que contorna a parte sul da RESEX Chico Mendes e, mais ao norte, conecta-se com a BR-364, que leva à capital Rio Branco (Figura 2). Essas rodovias funcionam como eixos de integração econômica e territorial, mas também representam corredores de

expansão da fronteira agropecuária, facilitando o acesso a áreas de floresta e intensificando processos de ocupação desordenada. Ao longo da BR-317, observa-se o avanço de áreas de pastagem e loteamentos rurais. Já a BR-364, ao conectar a região à capital do estado, reforça a articulação com mercados consumidores e centros de decisão política, ampliando o valor estratégico da terra e estimulando conflitos fundiários. A área desmatada ao sul da RESEX tem se expandido em direção à zona urbana de Epitaciolândia, que, por sua vez, forma uma conurbação com o município boliviano de Cobija, evidenciando a pressão territorial decorrente da integração regional.

Figura 2 - Cobertura da terra na RESEX Chico Mendes



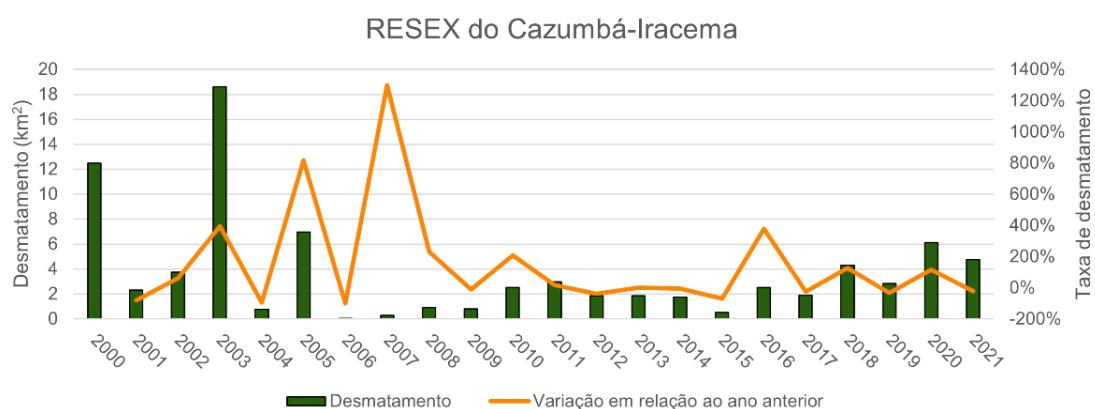
Fonte: Adaptado de Jesus (2025).

A proximidade da RESEX Chico Mendes com a fronteira boliviana intensifica a complexidade territorial da região, configurando um espaço transfronteiriço marcado por intensas trocas comerciais, fluxos migratórios e circulação de mercadorias. Essa dinâmica amplia a pressão sobre a floresta, pois a demanda por produtos agropecuários e madeira ultrapassa os limites nacionais,

conectando a região a redes econômicas globais. Nesse contexto, o desmatamento não pode ser compreendido apenas como resultado de práticas locais, mas como parte de um processo geopolítico em que interesses transnacionais influenciam diretamente as dinâmicas de uso da terra, fragilizando a governança ambiental e aumentando os desafios para a efetividade das Reservas Extrativistas.

A RESEX do Cazumbá-Iracema, por sua vez, apresentou seus maiores aumentos de desmatamento logo após a criação em 2002, registrando 18,6 km² em 2003, o que representou um acréscimo de 396% em relação ao ano anterior. Tal expansão inicial esteve associada à instalação de roças pelas famílias extrativistas, que dependem da agricultura familiar e do extrativismo vegetal para garantir sua subsistência. A abertura de áreas agrícolas, nesse contexto, foi compreendida como uma estratégia de adaptação às novas condições de ocupação territorial. A partir de 2010 há um período de relativa estabilização, ainda que acompanhado de pressões externas crescentes. A partir de 2018, contudo, há uma leve tendência de aumento do desmatamento, influenciada tanto pela valorização das áreas de pastagem no mercado regional quanto pelo enfraquecimento das políticas públicas de proteção ambiental (Figura 3).

Figura 3 - Desmatamento na RESEX do Cazumbá-Iracema



Fonte: Adaptado de Jesus (2025).

Esse quadro demonstra como a dinâmica de uso da terra nas RESEX está sujeita a fatores internos, relacionados às práticas locais de subsistência, e externos, ligados às políticas de desenvolvimento e às oscilações econômicas da região amazônica.

A RESEX do Cazumbá-Iracema está quase integralmente localizada no município de Sena Madureira, que tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária (IBGE, 2023c). Trata-se de um município estratégico para a dinâmica territorial do Vale do Acre, pois funciona como elo entre áreas de floresta ainda conservadas e zonas de expansão agropecuária. Devido ao aumento do desmatamento, Sena Madureira foi incluído em 2023 como área prioritária para ações de prevenção, controle e redução do desmatamento e da degradação florestal no bioma Amazônia (Brasil, 2023b). Essa classificação evidencia a gravidade dos processos de supressão florestal e a urgência de medidas mais rigorosas de fiscalização e ordenamento territorial.

Entre 1985 e 2021, a área destinada a pastagens no município aumentou de 1,2% para 7,4% (MapBiomas, 2023), demonstrando um crescimento expressivo e contínuo. Esse processo não se resume apenas a uma mudança quantitativa, mas reflete também transformações qualitativas no uso da terra, nas relações de trabalho e na organização socioeconômica local. A abertura de pastagens em larga escala está fortemente associada à expansão da pecuária bovina, atividade que tem se consolidado como vetor dominante da economia municipal. Ao mesmo tempo, a redução da cobertura florestal compromete a disponibilidade de recursos extrativistas, como a castanha-do-pará, o açaí e a borracha, que historicamente sustentaram as práticas tradicionais e a cultura extrativista da região.

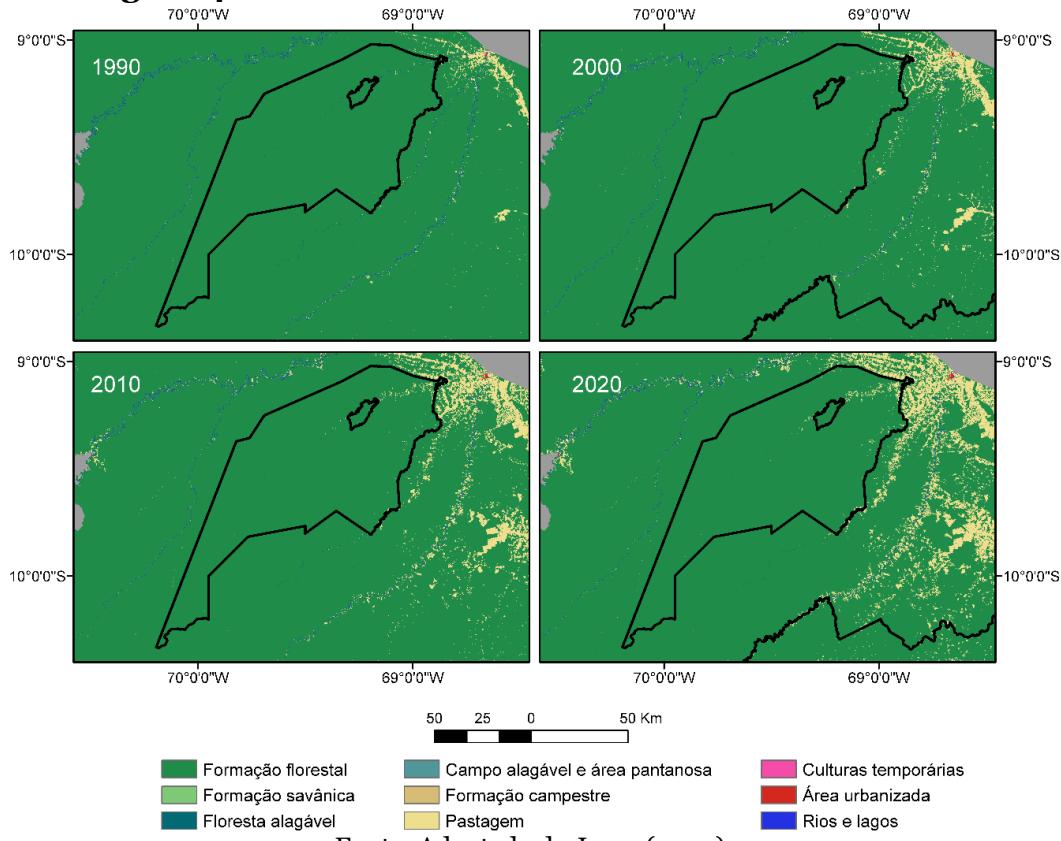
Esse crescimento ocorreu de forma mais acentuada na porção nordeste do município, especialmente ao longo da BR-364. A rodovia, ao melhorar a acessibilidade, facilitou a ocupação de áreas que antes permaneciam isoladas, incentivando o avanço de fazendas e a instalação de novas frentes de exploração agropecuária. O processo foi intensificado pela proximidade com a área urbana de Sena Madureira, cuja expansão populacional também gerou maior demanda por alimentos, madeira e terras agricultáveis. Além disso, as margens dos rios Iaco, Macauã e Caeté tornaram-se espaços de pressão territorial, já que oferecem acesso a solos férteis e à infraestrutura hídrica necessária para a manutenção da agricultura e da pecuária.

O rio Caeté, em particular, desempenha papel central, pois integra a área da RESEX Sena-Madureira, onde o desmatamento no interior da unidade tem sido registrado. Essa situação aponta para uma contradição recorrente nas unidades de conservação de uso sustentável: enquanto são concebidas para assegurar a proteção ambiental aliada à permanência das comunidades tradicionais, enfrentam crescentes pressões externas que fragilizam seu potencial de conservação. No caso de Sena Madureira, observa-se que o crescimento da pecuária está diretamente ligado não apenas à economia regional, mas também à inserção do Acre em circuitos produtivos mais amplos, voltados ao mercado nacional e, em certa medida, internacional.

Dessa forma, a análise da dinâmica territorial em Sena Madureira permite compreender como fatores locais e globais se entrelaçam. A valorização da carne bovina, a demanda por commodities agrícolas e a flexibilização de políticas ambientais entre 2018 e 2022 criaram condições para um novo ciclo de expansão das pastagens. Isso reforça a necessidade de instrumentos de gestão mais efetivos, capazes de equilibrar a permanência das comunidades extrativistas com a conservação florestal. Nesse contexto, o zoneamento participativo e a fiscalização integrada entre diferentes níveis de governo são caminhos centrais para mitigar os impactos.

A Figura 4 ilustra, portanto, não apenas a expansão das áreas de pastagem entre 1990 e 2020, mas também simboliza o processo mais amplo de reconfiguração territorial que ameaça a floresta amazônica e desafia a viabilidade das reservas extrativistas como modelo de desenvolvimento sustentável. Esse processo envolve mudanças profundas nas formas de uso da terra, indicando que as pressões sobre as áreas protegidas extrapolam a escala local e estão conectadas a dinâmicas econômicas regionais e globais. A expansão das pastagens não significa apenas a substituição da floresta por atividades agropecuárias, mas também a imposição de novas lógicas de ocupação que fragilizam o extrativismo como estratégia de reprodução social e cultural das comunidades. Ao mesmo tempo, revela como políticas públicas, incentivos econômicos e fluxos de mercado podem acelerar ou conter a degradação ambiental.

Figura 4 - Cobertura da terra na RESEX do Cazumbá Iracema



Fonte: Adaptado de Jesus (2025).

Nos municípios de Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard, as pastagens já superam as áreas de floresta, acompanhadas por um aumento na produção pecuária (IBGE, 2023a). A conversão de florestas em pastagens está ligada à perda de biodiversidade, degradação do solo e conflitos territoriais que afetam agricultores, pecuaristas e comunidades locais. Nas Reservas Extrativistas, esse processo compromete bens naturais e saberes tradicionais, essenciais para a sustentabilidade das comunidades.

Além dos impactos ambientais, a predominância da pecuária acentua desigualdades sociais, pois favorece grandes proprietários em detrimento de pequenos produtores e extrativistas. Essa dinâmica amplia a concentração fundiária e limita o acesso das populações tradicionais a territórios e recursos vitais para sua reprodução cultural. Outro ponto crítico é a alteração do regime hídrico local, já que o desmatamento para abertura de pastagens contribui para a diminuição da infiltração de água no solo, afetando nascentes e cursos d'água. Também se observa o aumento da vulnerabilidade das comunidades frente às

mudanças climáticas, uma vez que a perda de cobertura florestal reduz a resiliência dos ecossistemas. Nesse contexto, torna-se evidente que o avanço das pastagens não deve ser analisado apenas como um processo produtivo, mas como parte de uma reconfiguração socioambiental que redefine as relações entre território, economia e conservação. Compreende-se, então, que as transformações observadas na região representam um microcosmo das tensões vivenciadas em toda a Amazônia Legal, em que coexistem práticas tradicionais, modelos de desenvolvimento predatórios e esforços de conservação ainda insuficientes para conter a velocidade do desmatamento.

Embora a análise quantitativa se concentre na cobertura da terra, compreendida como as categorias visíveis detectadas por Sensoriamento Remoto (como florestas, pastagens e áreas urbanas), é essencial integrar a discussão sobre o uso da terra, que vai além do que é diretamente observável. No contexto dos conflitos analisados, a conversão de florestas em pastagens não implica apenas em mudanças na cobertura, mas também reflete diferentes formas de uso, incluindo práticas sustentáveis ou predatórias, atividades legais ou irregulares, e seus respectivos impactos socioambientais. Essa abordagem permite aprofundar a análise ao considerar os caminhos do uso da terra, avaliando, por exemplo, se as atividades econômicas respeitam as normativas de manejo sustentável ou promovem a degradação ambiental e a exclusão social. Dessa forma, a relação entre cobertura e uso da terra é fundamental para compreender as dinâmicas territoriais e os conflitos nas RESEX estudadas. Além disso, reconhecer essa diferença possibilita identificar os atores sociais envolvidos, suas estratégias de apropriação do território e as disputas políticas subjacentes.

Conflitos no uso da terra em Reservas Extrativistas

Como previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Brasil, 2000), as Reservas Extrativistas são de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que o uso dos bens ambientais deve ser guiado por bases sustentáveis. Desta forma, pode-se pensar em conflitos relacionados ao uso da terra em duas etapas: a) primeiro, em relação

a “quem” de fato está usando a terra; e b) segundo, “como” a terra está sendo usada.

Conflitos crescentes sobre o uso desses bens ambientais representam sérias ameaças à biodiversidade e à sociodiversidade, essenciais para a ocupação e subsistência das populações locais, que também atuam na conservação ambiental. Nos tempos atuais, as pressões sobre o acesso ao território e aos bens naturais têm aumentado devido a várias demandas. A terra é disputada por diferentes atores: ruralistas buscam áreas para exploração comercial em grande escala, comunidades tradicionais dependem dela para a agricultura de subsistência e sua ocupação, enquanto grileiros visam expandir áreas de posse. Do mesmo modo, as florestas são cobiçadas por ruralistas interessados na madeira de lei e por comunidades tradicionais que utilizam produtos extractivos de valor, gerando conflitos pelo uso desses recursos (Hall, 1997).

Becker (2012) enfatiza que a luta por território e recursos é central para os atores envolvidos, tanto os fazendeiros que buscam expandir suas áreas de pastagem quanto os movimentos de resistência que tentam defender e recuperar seus territórios. Entra, então, um outro ator, que são as organizações não governamentais, assumindo um papel essencial na mediação desses conflitos relacionados ao acesso ao território e aos bens naturais. Assim, elas contribuem de maneira significativa para alcançar padrões de desenvolvimento mais sustentáveis tanto em nível regional quanto nacional (Hall, 1997).

Como apresentado anteriormente, as mudanças na cobertura da terra nas RESEX Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema, incluem um aumento significativo no desmatamento ao longo dos anos. Essas mudanças refletem a pressão da expansão da pecuária e outras atividades econômicas que competem com a conservação dos bens naturais e a sustentabilidade das práticas tradicionais das comunidades extrativistas.

Ora, se a legislação (SNUC, Art. 17, § 7º) já estabelece que nessas áreas protegidas “a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis” (Brasil, 2000), a supressão desses produtos, quando não orientada pelas premissas do Plano de Manejo, é contrária aos princípios de conservação estabelecidos pela normativa vigente. E, ainda, é preciso avaliar os

impactos e as práticas adotadas para assegurar a sustentabilidade do uso da terra após essa supressão.

A resistência das comunidades extrativistas, conforme observado nas RESEX, é uma forma de contestação aos modelos de desenvolvimento que priorizam a exploração econômica em detrimento da conservação ambiental e da cultura local. Becker e Léna (2002) argumentam que a luta por um modelo de desenvolvimento que respeite a biodiversidade e os modos de vida tradicionais é essencial para a sustentabilidade. As comunidades, ao reivindicarem seus direitos e buscarem alternativas sustentáveis, desafiam as narrativas dominantes que favorecem a exploração intensiva dos bens naturais. No entanto, atualmente, essa lógica de resistência parece enfraquecida, enquanto a expansão da pecuária se consolida como uma atividade econômica predominante na região, levando a um expressivo aumento do desmatamento, especialmente em áreas próximas a rodovias e centros urbanos (Jesus, 2024).

Isto posto, observa-se uma significativa mudança de valores na RESEX Chico Mendes ao longo das décadas. Conforme Hall (1997), o primeiro passo na mediação dos conflitos por bens naturais incluía a autodefesa das comunidades tradicionais, como os seringueiros, que, nas décadas de 1970 e 1980, se organizaram para resistir ativamente contra as investidas de pecuaristas e especuladores fundiários que ameaçavam desflorestar as áreas de seringais no sul do Acre. Essa estratégia de defesa foi essencial para proteger mais de 1,2 milhão de hectares de floresta tropical, preservando tanto o território quanto os meios de vida tradicionais dos seringueiros. Contudo, sob a influência de políticas conservadoras e neoliberais, as comunidades locais têm enfrentado uma crescente vulnerabilidade a pressões externas e interesses do agronegócio (Kröger, 2020). Assim, ocorre um processo de cooptação, no qual as práticas tradicionais de uso sustentável da terra são substituídas por atividades lucrativas, mas ambientalmente insustentáveis, que priorizam a exploração econômica em detrimento da conservação ambiental e da sustentabilidade a longo prazo.

A Ecologia Política analisa as interações entre poder, sociedade e meio ambiente, enfatizando como as relações de poder moldam as políticas ambientais (Jatobá *et al.*, 2009) e as práticas de uso da terra. Nesse sentido, a cooptação e o

avanço de políticas conservadoras na RESEX Chico Mendes (Kröger, 2020) podem ser vistos como parte de um contexto mais amplo de luta por poder e controle sobre os bens naturais. Essa abordagem destaca a importância de considerar as vozes das populações tradicionais e a necessidade de políticas que integrem a conservação com a justiça sociambiental.

Instrumentos de gestão no contexto das Reservas Extrativistas: zoneamento e gestão participativa

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei 9.985/2000 - é o principal instrumento legal que rege a criação e a regulação dessas áreas protegidas. Esta lei aponta dois instrumentos estreitamente relacionados à Geografia Política nas RESEX: a) o Zoneamento, que deve ser descrito no Plano de Manejo da unidade; e b) a gestão participativa. Uma vez que conflitos e rivalidades são intrínsecos às relações sociais e ao uso do espaço, como proposto por Cataia (2024), estão relacionados a ambos os instrumentos, que funcionam como instrumentos essenciais para mitigar disputas e organizar o uso da terra e dos bens naturais em Reservas Extrativistas.

O zoneamento, ao delimitar áreas de uso e definir as atividades permitidas em cada setor, busca reduzir tensões ao estabelecer critérios para a ocupação e exploração do território. Por outro lado, a gestão participativa permite que as comunidades locais sejam incluídas no processo decisório, o que não apenas legitima o uso da terra, mas também contribui para a resolução de conflitos ao promover o diálogo e a corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos.

Como as demais categorias de uso sustentável, nas RESEX é permitida a exploração sustentável dos bens ambientais de forma socialmente justa e economicamente viável (Brasil, 2000). Aqui pode-se entender o espaço e o seu uso como recursos ambientais. Cataia (2024) relaciona os conceitos de espaço e política no contexto da Geografia Política ao enfatizar que a política dos Estados está intrinsecamente ligada à sua geografia, argumentando que o espaço é um instrumento político fundamental, pois a "dimensão espacial do poder" é fundamental para entender como as relações de poder se manifestam e se organizam. Além disso, o autor destaca que a Geografia Política reflete sobre o

poder como uma técnica de controle socioespacial, envolvendo relações estratégicas entre indivíduos, grupos e espaços.

Então, se a Geografia Política enfatiza a importância do espaço como um recurso estratégico na gestão de Reservas Extrativistas, isso implica um planejamento territorial que considere as características geográficas, sociais e econômicas da área. A definição de zonas de uso, áreas de proteção e espaços para atividades extrativistas deve ser feita de forma a equilibrar a conservação ambiental com as necessidades das comunidades locais.

Cataia (2024) ainda menciona a influência de Michel Foucault, que argumenta que o poder está nas relações e nas redes sociais, e não apenas nas instituições formais. A Geografia Política sugere, então, que o poder deve ser distribuído e que as vozes locais devem ser ouvidas na tomada de decisões sobre o uso do espaço. No contexto das RESEX, isso significa que a política de gestão deve incluir a participação das comunidades locais, que são frequentemente as principais usuárias dos bens naturais, e isso pode levar a um manejo mais sustentável e a um maior respeito pelas práticas tradicionais de uso dos produtos florestais.

O zoneamento e a gestão participativa, como previstos pelo SNUC, são fundamentais para equilibrar as necessidades de conservação ambiental com as exigências das comunidades locais. Ao estabelecer limites claros para o uso do território e permitir a inclusão das populações tradicionais no processo decisório, esses instrumentos não apenas mitigam conflitos, mas também promovem uma governança mais justa e sustentável. A aplicação desses mecanismos, alinhada aos princípios da Geografia Política, reforça a importância do espaço como um recurso estratégico e um instrumento de poder, onde as relações de poder entre os diferentes atores podem ser mais equilibradas e respeitosas às práticas e direitos das comunidades locais.

Dimensões de poder e conflitos nas Reservas Extrativistas

Os conflitos no uso da terra em Reservas Extrativistas na Amazônia, como no caso das RESEX Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema, são um reflexo das tensões entre os diferentes atores envolvidos na ocupação e exploração do

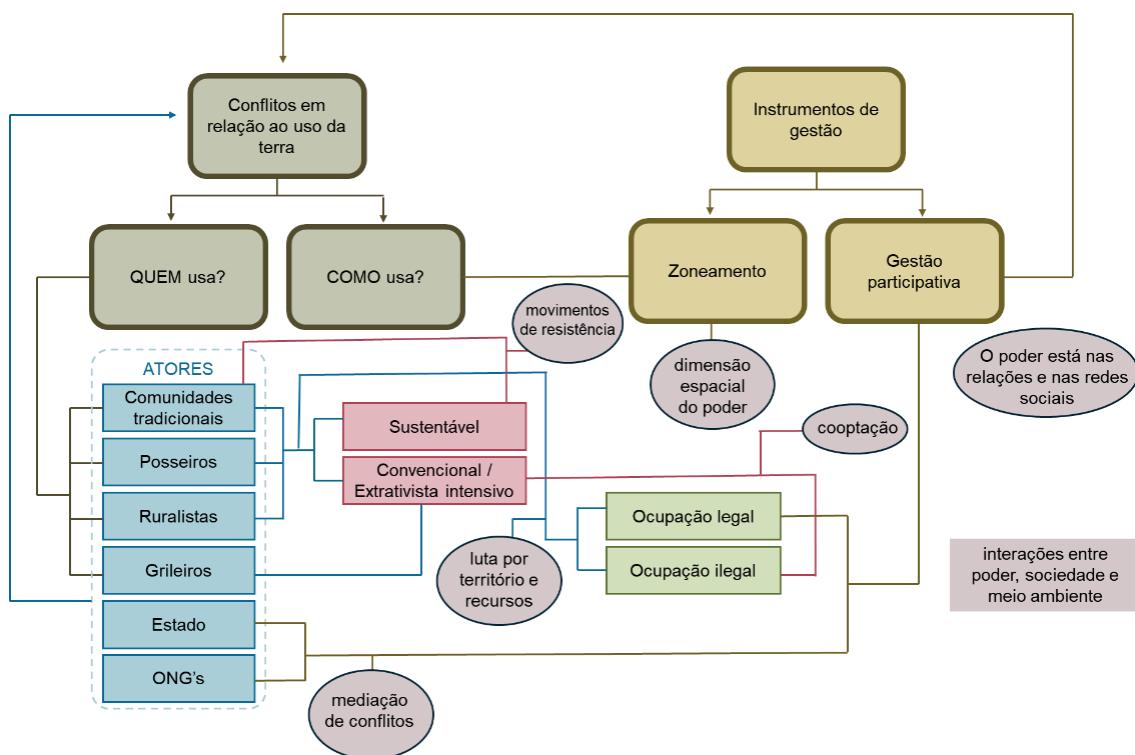
território. A luta por terra e recursos, marcada pela atuação do agronegócio, das comunidades tradicionais e das organizações não governamentais, evidencia a complexidade dos processos de gestão e conservação em espaços protegidos.

A resistência das comunidades extrativistas, que buscam manter práticas sustentáveis de uso da terra, entra em conflito com a expansão de atividades econômicas, como a pecuária extensiva, que desconsideram os princípios de conservação ambiental. O processo de cooptação, no qual práticas sustentáveis são substituídas por atividades econômicas predatórias, é uma consequência dessa disputa de interesses. Nesse cenário, o zoneamento e a gestão participativa previstos no SNUC constituem instrumentos centrais para mediar disputas e promover um uso equilibrado do território.

A Geografia Política, ao destacar a “dimensão espacial do poder”, evidencia como o espaço, no âmbito das RESEX, se transforma em instrumento de negociação e controle entre diferentes atores. A atuação das ONGs, o zoneamento e a gestão participativa são fundamentais para assegurar que as populações locais, que têm o direito de explorar os bens naturais de maneira sustentável, sejam ouvidas, preservem seus direitos e participem ativamente das decisões sobre os bens naturais.

A Figura 5 sintetiza essas interações, representando a sobreposição de interesses, disputas e mecanismos de regulação nas Reservas Extrativistas. O diagrama articula resistência, zoneamento, cooptação, e gestão participativa, ressaltando como a dimensão espacial do poder e as redes de relações sociais moldam o equilíbrio entre conservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais. Trata-se de uma representação das complexas dinâmicas de poder e gestão nas RESEX, que reforçam a necessidade de políticas públicas baseadas na participação das comunidades locais e em uma governança socioambiental mais justa, em consonância aos princípios da Geografia Política e da Ecologia Política discutidos ao longo deste trabalho.

Figura 5 - Dinâmicas de poder e gestão em Reservas Extrativistas



Fonte: A autora, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos que surgem nas Reservas Extrativistas estão, em primeiro lugar, relacionados à disputa pelo uso da terra e, em segundo, à forma como os bens naturais são manejados. Tais questões impactam diretamente a viabilidade socioambiental dessas áreas, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada no planejamento territorial. O Plano de Manejo, aliado ao zoneamento e à gestão participativa, não apenas organiza a produção, mas atua como instrumento central na resolução dos conflitos. A definição clara das áreas de uso e a inclusão efetiva das populações extrativistas no processo decisório são fundamentais para assegurar equidade no acesso ao território e proteção ambiental. Nesse contexto, ganham relevância as disputas relacionadas ao “quem” têm direito de usar a terra e ao “como” esse uso é realizado, pois é justamente nessa tensão que se configuram os principais embates territoriais e socioambientais das RESEX.

Os conflitos de poder nas unidades de conservação estão profundamente ligados às dinâmicas de territorialidade, à resistência das comunidades e às pressões externas. A cooptação reportada na RESEX Chico Mendes, estimulada por políticas conservadoras e pela expansão da pecuária, evidencia como práticas sustentáveis podem ser fragilizadas quando submetidas a interesses econômicos dominantes. Nesse cenário, a governança compartilhada entre Estado, comunidades locais e outros atores sociais emerge como condição indispensável para uma gestão eficaz, pois promove diálogo contínuo e construção coletiva de soluções.

À medida que crescem as pressões externas, como o avanço da fronteira agrícola, as mudanças climáticas e políticas públicas desfavoráveis, será necessário adaptar os Planos de Manejo para responder a ameaças cada vez mais complexas. A sustentabilidade ambiental não pode ser dissociada da justiça social. É urgente que as políticas de gestão territorial sejam constantemente atualizadas para garantir os direitos das populações locais, preservando tanto os bens naturais quanto os modos de vida que sustentam a floresta. Somente assim as Reservas Extrativistas poderão cumprir sua função como espaços de resistência, conservação e justiça socioambiental na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2079>

BECKER, B. K.; LÉNA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 30 p. (Relatório de Trabalho, M6D00065). Tema: Florestas; Subtema: Recursos não madeireiros. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/pequenos-empreendimentos-alternativos-na-amazonia>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**

(PPCDAm). 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1>. Acesso em 04 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Portaria GM/MMA nº 834**, de 9 de novembro de 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-834-de-9-de-novembro-de-2023-522161549>. Acesso em 04 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em <https://cnuc.mma.gov.br/>. Acesso em Acesso em 04 out. 2024.

CATAIA, M. Notas metodológicas de um curso de Geografia Política. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 1, p.9-30 2024. DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.3554>

HALL, A. O papel das ONGs na resolução de conflitos para o desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (org.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 273-295.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm>. Acesso em 04 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e silvicultura**. 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em 04 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Extração Vegetal e Silvicultura. 2023c. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 04 out. 2024.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Chico Mendes. 2006. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-chico-mendes/arquivos/plano_de_manejo_reserva_extrativista_chico_mendes.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema**. 2006. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-cazumba-iracema/arquivos/plano_de_manejo_reserva_extrativista_cazumba_iracema.pdf.

biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-cazumba-iracema/arquivos/resex_cazumbairacema.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite - PRODES: Desmatamento nas UCs. 2024. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>. Acesso em 12 nov. 2024.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100004>

JESUS, S. C. Transformações no contexto rural: pecuária nas reservas extrativistas no Vale do Acre. In: Bienal do Colóquio Transformações Territoriais, 14., 2024, Campinas. **Anais** [...] Campinas: Unicamp, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/14-bienal-do-colloquio-transformacoes-territoriais-365117/722940-transformacoes-no-contexto-rural--pecuaria-nas-reservas-extrativistas-no-vale-do-acre-/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JESUS, S. C. Forest cover conversion and expansion of cattle ranching in the Extractive Reserves of Vale do Acre, Brazilian Amazon. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 2, p. 613-635, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v21i2.7880>

KRÖGER, M. Deforestation, cattle capitalism, and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 46, n. 5, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1604510>

KRUGER, R. B. Colonização da Transamazônica durante o governo militar: manifestações do dispositivo colonial. **Revista GeoAamazônia**, v. 10, n. 19, p. 100-107, 2022. DOI: <http://doi.org/10.18542/geo.v10i19.13405>

MAPBIOMAS. Plataforma MapBiomass Uso e Cobertura (Coleção 8). 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em 04 out. 2024.

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Amazônia: unidades de conservação: auditoria coordenada / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-coordenada-em-unidades-de-conservacao-da-amazonia.htm>. Acesso em 05 out. 2024.

VIANA JUNIOR, M. M. Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975). **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, e0209, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180312302020e0209>

Como citar este artigo:

JESUS, Silvia Cristina de. Geografia Política e gestão de conflitos nas Reservas Extrativistas: dimensões de poder, resistência e sustentabilidade.

GEOGRAFIA, Rio Claro-SP, v. 50, n. 1, e-19657, 2025. DOI:

<https://doi.org/10.5016/geografia.v50i1.19657>

Recebido em 09 de setembro de 2025

Aceito em 01 dezembro de 2025